

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA ESCOLA NORMAL: E OS PRIMEIROS PROFESSORES DO ESTADO DO PARANÁ

COLLARES, Solange Aparecida de O¹ – UNICENTRO
solcollares@yahoo.com.br

Área Temática: Formação de Professores
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

O presente trabalho faz uma análise do contexto do Estado do Paraná, no início da Primeira República, salientando alguns aspectos como: formação de professores e a produção do material didático. Trata-se da comunicação dos resultados alcançados em investigação na área da História da Educação, na qual olhar desenvolvido foi do materialismo histórico e dialético, buscando compreender o contexto histórico, político e econômico, na formação da Escola Normal. Como pressuposto fundamental para uma adequada análise histórica, consideramos que os fatos sociais não são descolados de uma materialidade objetiva e subjetiva e, portanto, a construção do conhecimento histórico implica o esforço de abstração e teorização do movimento dialético (conflitante, contraditório, mediado) da realidade. A educação, assim, era baseada fundamentalmente nas seguintes concepções: a submissão às normas e à autoridade do professor; disciplina e controle por parte da escola quanto à produção do conhecimento; no recalque de formas ideológicas que poderiam eventualmente resultar na formação de uma moral proletária; e, sobretudo, na inculcação da ideologia burguesa, que é, por sua vez, baseada na ordem. Por isso, a condução do processo educativo, quer pelos materiais impressos, quer pelas teorias difundidas e até mesmo pelos professores que conduzem tal processo, é alvo de inquietações e análise. Nas escolas do Paraná, a formação dos professores e dos alunos estava embasada na idéia da nacionalização e pelo amor à Pátria. Esse processo de inculcação de valores patrióticos nas mentes das crianças, que supostamente garantiria a construção de uma nação civilizada, pode ser melhor compreendida por meio de determinadas práticas escolares. O material adotado e estrutura oferecida pela cartilha, impossibilitava uma leitura de mundo, uma vez que, em sua estrutura, se detinha às repetições e não privilegiava os processos de associação e análise necessários para uma efetiva compreensão de conteúdo.

Palavras chaves: Formação de professores; Material didático; Estado do Paraná.

¹ Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste/UNICENTRO. Mestre pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Membro do Grupo de Pesquisa História, Sociedade e Educação dos Campos Gerais-Pr/HISTEDBR.

Introdução

Antes da criação da Primeira Escola Normal, no Estado do Paraná, não havia um espaço único destinado à formação de professores do Estado e os que lecionavam eram na grande maioria leigos. Foi somente a partir de 1827, com a implantação da Lei Geral de Ensino, ao ser estipulado a criação das escolas primárias, que se criou a necessidade da organização da formação docente no Estado do Paraná e no resto do país.

Em 1846, o Lyceo de Curitiba é criado com a finalidade de contribuir na formação de professores primários e secundários – a sua criação, também, foi expandida em Taubaté. Os primeiros professores que trabalharam no Lyceo foram: José Cavalheiro (titular de Filosofia Racional e Moral), Manoel Marques dos Santos Torres (professor de Latim e de Francês) e o vereador Miguel Marques dos Santos.

Em 19 de abril de 1879, foi Instituído a Escola Normal para o ensino de pessoas de sexo masculino que quisessem exercer a profissão de professor. A mesma escola tinha, anexado, o Instituto Paranaense sob a denominação comum de “Instituto Normal e de Preparatórios”. No início, a formação de professores esteve destinada aos homens, porque à mulher cabia o papel dos afazeres domésticos. A Escola Normal surge como um espaço elitista, interdita para mulheres e negros. Houveram vários manifesto para que fosse permitida a entrada da mulher na profissão docente e para que houvesse espaço nas escolas públicas para as meninas e mulheres.

No mesmo Ato foi criado o Conselho Literário Provincial, constituído pelos professores “[...] do Instituto e destinado a dar parecer sobre todos os assuntos referentes ao ensino, julgar pelas faltas, adotar os compêndios para as escolas, dar a base para reformular o ensino” (STRAUBE, 1993, p.26).

A escolha dos compêndios era determinada pelo diretor geral, o mesmo escolhia alguns professores formados para analisar os compêndios a serem adquirido pelo Estado. Nada poderia ser utilizado nas escolas primárias sem antes ter a permissão do diretor geral.

A escola, dessa forma, era elitista, antidemográfica e marginalizada, isso, uma vez que, dentre aqueles letrados, encontravam-se pessoas da classe dominante e raros das camadas populares. Pois, somente aqueles que tinham condições de estudar poderiam se formar. Desta maneira, a concretização da formação dos professores e seus atributos foram baseados na,

[...] transformações ocorridas em um discurso ideológico não dependem de uma força que lhe seria imanente e que faria transformar-se e, sim, que tais transformações decorrem de outra história que, por meio da ideologia, a classe dominante procura escamotear; em segundo lugar, e mais profundamente, significa que a tarefa precisa da ideologia está em produzir uma certa imagem do tempo com o progresso e desenvolvimento de maneira exorcizar o risco de enfrentar efetivamente a história. (CHAUÍ, 1997, p.4).

Como era o único meio para se adquirir a formação docente, não se discutia o ensino ofertado para os professores. Eram ofertadas aos professores as seguintes disciplinas: Calligraphia, Grammatica aplicada, Doutrina de Religião Cristã, Arithmética, Systema métrico, desenho linear e noção de História do Brasil. No ano de 12 de abril de 1876, por meio da lei Provincial nº 456, passou a ser chamado de Instituto de Preparatórios, no qual o governo reformula o Regulamento da Instrução Pública, criando o cargo de diretor-geral, a quem cabe a responsabilidade da administração da instrução pública. Ao diretor geral de ensino ficava a função de ser responsável pela manutenção da escola primária.

A frequência dos Alunos da Escola Normal era simultânea com a nos Institutos. “Em 1884, foram adotados livros; Português, de Hilário Ribeiro e Sotero dos Reis; História do Brasil, de Joaquim Manoel de Macedo; História Universal, de V.Dorny e Geografia, de Pedro de Abreu” (STRAUBE, 1993, p.34). Os professores aprendiam em cima destas obras e aplicavam o estudo nas escolas primárias anexas a Escola Normal.

Nos registros encontrados no Arquivo público, os Livros de Leitura de Felisberto Carvalho foram utilizados em todas as séries do ensino primário com o intuito de alfabetizar as crianças, o material serviu por muito tempo como referência nacional. Os professores, à medida que aprendiam os métodos de ensino de leitura, aplicavam o conteúdo às crianças. Como se pode perceber, a maioria do material utilizado foi escrito pelos jornalistas e políticos da época, e esses procuravam enfatizar os aspectos históricos e geográficos do Paraná.

No Estado do Paraná, a maior parte do material didático impresso, foi confeccionado pelas mãos de jornalistas, políticos e até poetas que contribuíram no processo de aprendizagem. Outros materiais (como folhetos, jornais e revistas) serviram como meio para expressar as idéias políticas e sociais da época, isso porque apresentavam uma maneira econômica e, ao mesmo tempo, divulgavam, com a maior facilidade, as idéias.

Além dos redatores, houve um grupo de escritoras e jornalistas que contribuíram nas obras do ensino primário, entre elas se encontram Presciliana Duarte de Almeida (1867-1944), Júlia Lopes de Almeida (1867-1934) e Francisca Júlia (1871-?). Presciliana se

destacou ao escrever a revista *Mensageira*, publicada no quinto dia de cada mês durante o período de 1897 e 1900. O subtítulo “REVISTA LITERÁRIA DEDICADA À MULHER BRAZILEIRA” era destinado ao público feminino, isso com o intuito de colaborar no sentido das letras para a formação da mulher. Presciliana, ainda, fundou, junto com o seu marido, um Colégio, onde foi diretora – além de exercer funções no magistério, ela escrevia matérias para o jornal *O Colibri*.

A primeira obra destinada à educação e utilizada nas escolas brasileiras foi *Páginas infantis*; em seguida (em 1914), é lançada uma antologia poética, também de uso escolar, denominada *O livro das aves* (VIDAL e SOUZA, 1999).

Quanto à Júlia Lopes e à Francisca, a contribuição consiste no fato de que as mesmas escreviam várias matérias para jornais tais como: *Gazeta de Campinas*, *O Tempo*, *Jornal das Senhoras*, *A Estação*, *A Semana*, *O País* e outros. Ambas se pronunciavam a favor da educação da mulher, do direito ao voto e, paradoxalmente, da conservação de certos valores que reafirmam a figura da mãe e esposa como pilares da família (IBIDEM, 1999).

Francisca Júlia é uma poetisa centrada no parnasianismo; escreveu dois livros infantis: *O Livro da infância* (1899), aprovado pelo governo do Estado de São Paulo e, o outro, publicado pela diretoria da Instrução do Distrito Federal, *A Alma Infantil* (1912), sendo este último um material semelhante aos livros paradidáticos, pois contemplava vários exercícios. O período republicano foi marcado por inúmeras contribuições de jornalistas, poetas, políticos que se preocupavam com o ensino público no país e no Paraná, mais especificamente.

Assim, outros colaboradores que se destacam foram: Olavo Bilac, Coelho Neto, Raimundo Correia, Afonso Coelho, Alberto Pimentel, Silvio Romero, Afrânio Peixoto e outros. Cabe ressaltar que eles não só acumularam cargos políticos e públicos, como, alguns deles, assumiram os encargos de professores e diretores da escola pública (IBIDEM, 1999, p.68).

Destacou-se, também, Leôncio Corrêa. Nascido em Paranaguá, em 1º de setembro de 1865, Corrêa fez o curso primário em Paranaguá e foi, depois, cursar humanidades no Instituto Paranaense em Curitiba. Foi Deputado Estadual e Federal, diretor da Instrução Pública do Paraná, Diretor do Ginásio Fluminense, Delegado Fiscal dos Estabelecimentos de Ensino, professor de História da Escola Normal e Diretor Geral da Imprensa Nacional (WERNECK, 1978).

Fora as personalidades aqui destacadas, havia ainda um grupo de professoras memorialistas composto por Carolina Nabuco, Horacel Lopes de Almeida e Maria José Dupré. Todas elas foram escritoras de várias obras que contribuíram para o ensino da alfabetização. A Cartilha escrita por Horcel Lopes foi utilizada nas séries iniciais do ensino primário, intitulado Sidney, em homenagem ao seu filho.

“Maria José Dupré foi fundadora e sócia da Editora Brasiliense, sediada inicialmente em sua casa, com a qual estabelece um contrato de publicidade para suas obras e as de outros escritores como Monteiro Lobato” (IBIDEM, 1999, p.69). Dupré publicou a obra Aventuras de Vera, Lúcia, Pingo e Pipoca – sendo esta seu primeiro livro infantil, o qual foi premiado pela Academia de Letras e teve sua vez entre os bancos escolares. Cada prática de leitura e literária se insere em um espaço, em consonância aos fatores políticos e históricos.

Embora alguns desejassem a educação para as mulheres e para a massa proletária, foram desejos difíceis de serem concretizados, já que era uma época na qual a escola era destinada para poucos e a maior parte dos professores não recebiam uma formação adequada – a maioria dos professores que obtiveram os títulos passou pela Escola Normal.

Nas escolas do Paraná, a formação dos professores e dos alunos estava embasada na idéia da nacionalização e pelo amor à Pátria. Muitos professores obtiveram a sua formação na Escola Normal.

Somente a partir de 1887 é que houve aulas de desenho e pintura, isso ocorreu por meio de um trabalho voluntário de Antonio Mariano de Lima que gratuitamente se oferecera para regê-la. Embora existisse todo um esforço para manter diferentes disciplinas no Instituto, eram poucos os que freqüentavam, pensou-se, então, em adotar medidas duras com sanções para que houvesse o comparecimento por parte dos membros da cidade.

Em 7 de junho de 1888, o governo criou as disciplinas de Corografia e História do Brasil, Ciências Naturais, Física e Química, atendendo às representações dos professores do Instituto (IBIDEM, 1993, p.35). Embora ocorressem todas essas transformações, não havia o incentivo e nem a oportunidade para as mulheres. Pensava-se na criação de Escola Normal para professoras, alegando que,

[...] em nada inferior o homem, em faculdades intelectuais e capaz de percorrer com brilho todos os domínios da ciência a mulher, em sua primeira mocidade não pode sujeitar-se, sem extrema violência, ao seu organismo e ao seu pudor, ao mesmo regime disciplinar de estudos que o homem (IBIDEM, 1993, p.35).

Era pensada uma escola onde houvesse a separação por cadeira e por sexo, para que, desta forma, ocorresse uma diminuição das potencialidades femininas. A educação, assim, era baseada fundamentalmente nas seguintes concepções: a submissão às normas e à autoridade do professor; disciplina e controle por parte da escola quanto à produção do conhecimento; no recalque de formas ideológicas que poderiam eventualmente resultar na formação de uma moral proletária; e, sobretudo, na inculcação da ideologia burguesa, que é, por sua vez, baseada na ordem, na obediência, na competitividade e no mérito.

Na Escola Normal estavam matriculados 50 alunos no 1º ano, 28 no 2º e 18 no 3º, totalizando 96 alunos, cuja maioria era do sexo feminino, “[...] entre os quais, algumas moças das principais famílias desta capital” (IBIDEM, 1993, p.49). Assim, aos poucos, as mulheres que tinham condições econômicas favorecidas foram ocupando o mercado de trabalho. Elas começaram a ocupar, cada vez mais, o espaço escolar, isso devido aos laços afetivos que estabeleciam por meio da sensibilidade e do carisma delas. Para a nomeação dos professores da escola Normal se abria concurso cujos candidatos se exibissem por meio do exame e das provas necessárias de habilitação, salvo aqueles que cursaram na Escola Normal.

Uma entre os primeiros professores a lecionar nas escolas do Estado do Paraná foi Ritta Anna de Cássia Franco, a primeira Mestra Paranaense, mas que se opôs à Cadeira de Mestra de Meninas desta Vila. Assim, sua sucessora foi Leopoldina Leoniza de França, sobre a qual a requerente diz que não existia aula pública de primeiras letras para meninas e que havia a necessidade de tal existência. Em 30 de dezembro, França foi aprovada pela Câmara como professora interina das moças (WERNECK, 1978, p.24).

Cabe lembrar que, nesta época, mesmo após a nomeação, ainda era feito a divulgação do ato oficial nos diários públicos para que todos os membros da comunidade fossem informados das decisões dos governantes. Maria do Carmo Moraes foi à terceira professora titular a lecionar nas escolas públicas.

[...] A primeira cadeira do sexo feminino fora provida em 1841 pela professora Maria do Carmo de Moraes Martins e funcionava na própria habitação da professora. Achavam-se matriculadas 57 meninas, porém apenas 42 freqüentaram as aulas com certa regularidade. Estavam distribuídas em três classes, sendo 14 na primeira; 20 na segunda e 8 na terceira classe (VECHIA, 2003, p.16).

Havia uma diferenciação salarial entre as categorias do sexo masculino e feminino, para eles o vencimento anual era de 1.400\$000rs já para elas era de 800\$000rs. Esta

diferenciação se daria pela visão machista e capitalista da sociedade. Entre os professores que se destacaram estavam Júlio Theodorico Guimarães e José Cleto da Silva. Estes foram alguns dos colaboradores da arte de ensinar que se deslocaram para diferentes escolas e colégios do Município. Durante os primórdios da república, o nº de escolas era superior ao nº de professores preparados para assumir as cadeiras de ensino elementar oferecidas; assim, muitas escolas permaneciam fechadas, embora houvesse a reclamação do povo, de que havia poucas escolas e nº de crianças eram relativamente grandes (NASCIMENTO, 2006).

As primeiras escolas foram fundadas pelo governo e oferecidas gratuitamente para todos, salva a criação de asilos que servem como um meio para atender os indigentes. Umas e outras escolas funcionarão sob a inspeção do governo. Em uma perspectiva liberal, a escola inculca a ideologia da competência, do mérito do progresso, apropriada à implantação e expansão do capitalismo e da dominação burguesa. A função da escola é dissociada das condições econômicas e políticas, e estes reflexos são, conseqüentemente, repercutidos nas escolas do estado do Paraná.

A criação dos grupos escolares representava uma medida econômica, pois

[...] reunia duas ou mais escolas que funcionavam na mesma localidade, com vários alunos de séries diferentes e uma equipe de trabalho – todos num mesmo prédio, que reunia as necessárias condições de capacidade e de higiene, constituindo uma organização administrativa e didático-pedagógica. Cada grupo contava com uma equipe administrativa, um diretor, porteiro e serventes que, assim como o professores eram selecionados por concurso público, assim o controle era mais uniforme (IBIDEM, 2006, p.333).

Levando em consideração a estrutura e o funcionamento das escolas, da época, e a própria mentalidade reinante, quanto a um ensino verbalista, pouco se pode esperar em relação ao provimento de recursos financeiros. Ficou a maioria entregue a criatividade dos professores que começaram a improvisar sua prática pedagógica.

Assim, o primeiro mestre da Vila de Curitiba foi o padre Manuel Rodrigues de Souza, ele ensinava a ler e escrever o pessoal da vila. A educação era um direito das pessoas mais ricas. Assim, eram poucas as pessoas instruídas, devido às condições financeiras pelas quais passava a população.

As primeiras instituições surgiram em 1849 quando foi fundado o Colégio para meninas sobre a direção de Jessica James e sua filha Willie. Elas recebiam todos os tipos de moças e meninas que desejassem aprender. As educandas podiam ser: internas, semi-internas

e externas. As matérias a serem ensinadas eram: Doutrina Cristã, Caligrafia, Leitura, Aritmética, Línguas (portuguesa, francesa e inglesa), Geografia, História, Desenho, Música, Piano, Danças e Prendas Domésticas. O ensino ofertado na escola era determinado pelo Regimento da Instrução Pública. Embora não houvesse a fiscalização por parte do diretor Geral de ensino, muitos seguiam as leis e regimentos estabelecidos pelo estado. A consolidação dos grupos escolares no estado do Paraná ocorreu com o Decreto nº 2.078, através dos Atos da Interventoria Federal do Estado, que decreta: ficam classificados de acordo com a relação anexa, assinada pelo Secretário Interior, da Justiça e Segurança Pública os grupos escolares do Estado.

Tabela 1 – Relação a que se refere o artigo primeiro do decreto nº 2078, 23.3.45 – 1ª classe

ESCOLA	LOCALIDADE
Escola de Aplicação anexa à Escola de Professores	Capital
Grupo escolar “Dr. Xavier da Silva”	Capital
Grupo escolar “Tiradentes”	Capital
Grupo escolar “D. Pedro II”	Capital
Grupo escolar “Barão do Rio Branco”	Capital
Grupo escolar “Generoso Marques	Cambará
Grupo escolar “Duque de Caxias	Irati
Grupo escolar “Manoel Pedro	Lapa
Grupo escolar Hugo Simas	Londrina
Grupo escolar “Barão de Antonina	Rio Negro
Escola de Aplicação anexa à Escola de Professores	Jacarezinho
Escola de Aplicação anexa à Escola de Professores	Ponta Grossa

Fonte: Diário Oficial do Estado do Paraná, 6 de abril de 1945.

Em 1879, foi fundado, pelo eminente professor Nivaldo Teixeira Braga, o Colégio Curitibano. Os ensinamentos oferecidos pelo diretor eram tão elevados que equivaliam aos da Escola Normal. No ano de 1883, foi fundado, pelo erudito Laurentino de Azambuja, o Colégio Partenom Paranaense. Nele estudara Romário Martins, escritor da obra História do

Paraná. Este foi um período no qual surgiram vários escritores que, ressaltando o que aprenderam de certa forma, foram os reprodutores do ensino recebido.

Em 1882, Antonio Mariano de Lima (cenógrafo, pintor e escultor português) se encontrava no Rio de Janeiro, neste momento, recebeu um convite para executar a decoração do Teatro São Teodoro, em Curitiba. Após a conclusão da obra, apresentou ao governo paranaense um projeto inovador, direcionando as atividades escolares para a Arte. No período de 28 de julho de 1897 e considerando a criação da Escola de Artes e Indústria do Paraná..

Em 1896, as Irmãs da Congregação de São de Tarentais (Saboia – França) fundaram o primeiro orfanato para receber as crianças da Vila. As irmãs constituíram, ainda, os seguintes estabelecimentos, o Colégio e escola Técnica de Comércio São José, em Curitiba; Colégio Escola Normal e escola Técnica de Comércio São José em Castro; Educandário São José, em Paranaguá, Colégio São José, em São José dos Pinhais (VIDAL, 2005, p.71).

Em 1892, foi fundada, em Curitiba, pelas professoras Mary Parker e Elmira Kuhl, ilustres americanas, a Escola Americana. O professor Belmiro Cesar foi quem deu continuidade à obra.

Em 1986, surgem os primeiros colégios religiosos, entre eles se encontrava: Bom Jesus, São José, Divina Providência. O Colégio Senhor Bom Jesus foi fundado pelo padre Franz Auleng (IBIDEM, 2005, p.70), por ele passaram vários franciscanos.

O Colégio Divina Providência foi fundado em 16 de julho de 1903 pelas reverendas irmãs Arnolda, Geralda, Hildegard e Inocência. Foi um dos maiores colégios da Capital, continha 979 alunas matriculadas.

Essas foram algumas das escolas que surgiram com o intuito de auxiliar no ensino paranaense. A democratização do ensino por meio da expansão das escolas era um avanço inicial estabelecido como forma de transformação política do país.

Podemos observar que a constituição dos elementos da construção escolar, envolveu toda uma estrutura que se formulou no transcorrer histórico, à medida que se sentia a necessidade de transformação da sociedade.

Considerações Finais

A formação de professores ocorreu inicialmente por meio da Escola Normal, como se fosse um laboratório de experiências pedagógicas, à medida que os professores adquiriam a fundamentação teórica e prática, aplicavam essas com os seus alunos. Os livros didáticos

produzidos na época auxiliaram na formação inicial dos professores, pois viabilizava o ensino dos métodos de leituras e escrita.

No Estado do Paraná, muitos professores alfabetizadores das escolas públicas, por meio do material didático, transmitiam as informações e as idéias de uma sociedade republicana. O papel do professor estava representado pela transmissão de conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizados por meio de uma metodologia formal-intelectualista. A escola, dessa maneira, organizou-se centrada no professor, tendo este como o elemento mais “importante” da estrutura relacional entre os métodos de ensino propostos de aprendizagens. Os métodos adotados, no período da organização republicana no Brasil para a instrução pública adotada, consolidavam concepções silenciosas e operantes, cuja finalidade era manter a hegemonia do pensamento dominante.

Os professores das poucas escolas públicas, vinculados a esses métodos e materiais, procuravam organizar as suas turmas de modo a atender ao conteúdo proposto nas cartilhas, enfrentavam muitas dificuldades em relação ao ensino: falta de espaço físico, falta de material didático, de um globo, de quadro-negro, de uma biblioteca. Mesmo com todas essas dificuldades presentes nos seus cotidianos, procuravam organizar as suas turmas de modo a atender ao conteúdo propostos nas cartilhas.

Por isso, tanto na escola como na educação, os professores são os principais executores do aparelho ideológico do Estado. Inseridos na sociedade capitalista esses benefícios têm destinos certos, a ideologia ou as idéias se dirigem à maioria da sociedade como isso representasse os interesses da totalidade.

Uma vez que a classe dominante tem consciência da realidade, procura forjar situações, e o faz demonstrando a sua preocupação com as crianças e jovens, por meio da educação precária e desprovida da realidade social e econômica.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, M. S. **O que é ideologia**. 1ª ed. – Brasiliense, 1985. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 7ª Ed. São Paulo: Cortez, 1997. Diário Oficial do Estado do Paraná, 6 de abril de 1945.

NASCIMENTO, M. I. M. **A colônia e os interesses pela criação das instituições escolares no Brasil**. Quaestio (UNISO), Sorocaba-SP, v. v.8, n. N.1, p. 01-22, 2006.

STRAUBE, E. C. **Do Licêo de Curitiba ao Colégio Estadual do Paraná**. Curitiba, PR: FUNDEPAR, 1993.

VECHIA, A. **O ensino elementar na Província do Paraná: a instrução para todos no discurso e na prática.** Quaestio, Sorocaba- S.Paulo, v. 05, n. 02, p. 09-20, 2003.

VIDAL, D. G. (Org.); SOUZA, M.C.C.C. (Org.). **A memória e a sombra.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999, v.1.158 p.

VIDAL, D. G. (org.) **Grupo escolares:** cultura escolar e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas, S.P: Mercado de Letras, 2006.

Cultura escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França final do século XIX). 1. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005. V. 1, 187.p.

WERNECK, M. L. P. **História da Educação no Paraná.** Curitiba, Indústria Gráfica e Projetos Ltda. 1978. 155p.